

RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA SERRA GERAL: BUSCANDO A GESTÃO PARTICIPATIVA.

Paola Prates Stumpf¹ e Márcia Riederer²

A Reserva Biológica da Serra Geral é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, administrada pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA), localizada nos Municípios de Maquiné, Terra de Areia e Itati. Foi criada a partir do Decreto nº 30.788/82, ampliada através do Decreto nº 41.661/02 e possui 4.845 hectares de Mata Atlântica muito bem preservada em altitudes que variam de 200 a 980 metros. Ações mais efetivas para a implantação da Reserva iniciaram a partir de 1999. Em 2003, essas ações se intensificaram através do Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul (PCMA/RS), contribuição financeira entre o Governo da Alemanha por meio do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) e o Governo brasileiro por meio do Estado do Rio Grande do Sul, SEMA. Com aporte de recursos desse Projeto, foram realizados os Estudos Fundiários, está sendo elaborado o Plano de Manejo e está sendo construída a sede definitiva da Reserva, incluindo a infraestrutura para seu funcionamento. O Conselho Consultivo foi criado recentemente, e está realizando suas primeiras reuniões.

Apesar de sua grande importância, a existência dessa Unidade de Conservação (UC) gera conflitos com a população do entorno, devido ao não entendimento das restrições impostas legalmente ao uso e ao acesso, prejudicando ou inviabilizando o cumprimento dos objetivos da Reserva. A gestão participativa é um importante instrumento na tentativa de vencer esses desafios, envolvendo segmentos diversos da sociedade, buscando atingir um objetivo comum: a efetiva implantação da Reserva conciliada com o desenvolvimento sustentável do entorno.

A Reserva Biológica da Serra Geral, apesar de ter abrangido aproximadamente 3.000 hectares de propriedades particulares através de seu decreto de ampliação, não apresenta ocupação humana no seu interior. Este fato somado às dificuldades de acesso à Reserva minimiza os conflitos relacionados a questões no interior da UC. Desse modo, os maiores focos de conflito

¹ Divisão de Unidades de Conservação, Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Rua Carlos Chagas, 55, sala 1004, Centro, Porto Alegre. CEP 90.030-020 e-mail: duc-defap@sema.rs.gov.br

² Divisão de Unidades de Conservação, Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Rua Carlos Chagas, 55, sala 1004, Centro, Porto Alegre. CEP 90.030-020 e-mail: duc-defap@sema.rs.gov.br

estão muito mais relacionados à questão das restrições impostas pela legislação florestal e às práticas de uso do solo utilizadas na região, principalmente, o corte e a queima da vegetação.

Anteriormente ao início mais efetivo das ações para a implantação da Reserva, a comunidade não separava as questões inerentes à mesma das relacionadas à legislação florestal e ambiental, sendo estas muito relacionadas às ações de fiscalização e licenciamento. Outro aspecto importante era a falta de informação sobre a Reserva, pois embora tivessem um entendimento tênue da sua função, identificando-a como um lugar de preservação, aspectos como a localização, as restrições, as implicações para os moradores do entorno e os benefícios estavam longe de estar compreendidos pela comunidade. Havia também um grande distanciamento entre a administração da UC e as Instituições da região.

A Reserva Biológica da Serra Geral tem um papel fundamental para a conservação de ecossistemas ameaçados e para a manutenção do manancial hídrico da região. No entanto, esta Unidade de Conservação não pode ser manejada isoladamente. Para que a Reserva possa efetivamente cumprir seus objetivos de conservação, precisa estar integrada a sua região (Hauff, 2004). Segundo Mackinnon (1993), a maneira de efetuar a aproximação com a comunidade deve ser orientada pela transferência de informações sobre a importância e os benefícios da Unidade de Conservação. Nesse contexto, o papel da administração da Reserva é o de oportunizar espaços para discussões e busca de soluções para os conflitos. O Conselho Consultivo permite a efetiva participação da sociedade nas atividades de planejamento e gerenciamento da UC (Teixeira et al, 2004), garantindo a gestão participativa da mesma. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é o de relatar o que tem sido realizado pela administração da Reserva Biológica da Serra Geral no sentido de consolidar a gestão participativa da Unidade de Conservação.

Tendo em vista a situação descrita, em 2003, foi incluído no planejamento da Reserva um Programa de Integração com a Comunidade, prevendo ações de aproximação com a população do entorno e Instituições atuantes na região, com os seguintes objetivos: fazer a comunidade reconhecer a importância da Unidade, atuando como parceira, e implantar o Conselho Consultivo da Reserva Biológica da Serra Geral. Para atingir estes objetivos, o Programa previu a realização de encontros com as Instituições e com a comunidade, através de três fases distintas, descritas a seguir.

↳ *Fase 1 (2004): aproximação e esclarecimento dos diferentes papéis*

Nesta fase, foram realizadas as seguintes atividades: visitas de apresentação da UC às Instituições com propostas de atividades que poderiam ser realizadas em conjunto, reunião para a comunidade com diferentes Órgãos envolvidos com as questões geradoras de conflitos (IBAMA, SEMA, Ministério Público, e Polícia Ambiental) para esclarecer o papel de cada um, e reunião específica sobre Licenciamento Florestal como demanda da reunião anterior, pois foi o tema mais conflituoso. Foram obtidos os seguintes resultados: parceria com a Prefeitura de Maquiné para realização de eventos de caráter educativo, como Semana do Meio Ambiente e Mutirões de Limpeza do rio, parceria com a EMATER através de auxílio na elaboração de projetos de licenciamento florestal para o pequeno produtor, e parceria com a ONG ANAMA na execução do projeto "Diagnóstico Ecoturístico do município de Maquiné". Através de demanda da comunidade, a abertura dos pedidos de licenciamento passou a ser feita no escritório da Reserva para diminuir o deslocamento e agilizar o processo. Como resultado, obtivemos a aproximação da comunidade, que ao buscar o licenciamento, acabava por receber informações sobre a UC.

↳ ***Fase 2 (2005): minimizando os conflitos relacionados à Reserva***

A fim de minimizar os conflitos, o passo seguinte foi trabalhar questões relacionadas à UC. Assim, foi realizada uma reunião para apresentação do PCMA/RS e da Reserva. Após, iniciaram reuniões nas localidades do entorno imediato da Reserva, tentando minimizar o sentimento de exclusão causado pelo paradoxo da Reserva ser uma área *pública* na qual *não* se pode entrar (Printes et al, 2001), debatendo sobre sua importância e sobre aspectos ainda não esclarecidos. Após essas reuniões, houve um estreitamento na relação da UC com o entorno. Tendo em vista o resultado obtido com as Instituições na primeira fase, iniciamos o processo de instalação do conselho consultivo através de encontros para debater os objetivos e o papel da Unidade e seu respectivo conselho. O produto final desses encontros foi a Instalação de uma Comissão Provisória para elaborar a composição do conselho e uma proposta de regimento interno.

↳ ***Fase 3 (2006): consolidação***

O Conselho Consultivo da Reserva Biológica da Serra Geral foi instalado no dia 18 de julho, através das diretrizes elaboradas pela Comissão Provisória, e já realizou duas reuniões. As reuniões nas localidades foram mantidas, a fim de discutir questões mais específicas relacionadas ao manejo da Reserva. O primeiro tema debatido foi regularização fundiária, objetivando estabelecer com a comunidade as prioridades para aquisição das áreas. O próximo tema a ser debatido será sobre o manejo de espécies exóticas invasoras no interior e entorno da UC.

As ações executadas pela Reserva são de conhecimento da comunidade do entorno, e percebe-se que ela começa a sentir-se mais responsável pela efetividade da UC. A equipe da UC atua constantemente com a comunidade nas questões do entorno, auxiliando na execução de projetos, como viveiros de mudas nativas, ou mediando questões que envolvem órgãos governamentais e entorno, como a regulamentação da extração da samambaia-preta. A Reserva está efetivamente inserida no município, que incorporou a existência da UC, reconhecendo sua importância e apoiando sua equipe em diversas situações. A Reserva participa dos Conselhos Municipais Agropecuário e de Turismo. Como o Conselho Consultivo da UC nasceu de uma ampla discussão com a comunidade, ele não apresenta o problema de muitos conselhos recém criados, que servem como espaço para catarse da população de demandas reprimidas pela falta de aproximação dos órgãos gestores (MMA, 2004). Dessa forma, ele possui potencial para cumprir efetivamente seu papel, sendo necessário um bom programa de capacitação e constante motivação para que ele não se torne apenas um apêndice da administração da UC, mas que tenha autonomia, seja propositivo e se torne um amplo fórum de discussão para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Gestão Participativa do SNUC. Brasília: 2004. 205 p.
- PRINTES, R. C.; CORBELLINI, L. M.; SILVA, F.; FUHRO, D.; OLIVEIRA, M. E.; FAGUNDES, S. Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami: conflitos e consensos. In: SIMPÓSIO DE ÁREAS PROTEGIDAS. 2001, Pelotas. Anais. Pelotas: Educat, 2001. 171-174.
- MACKINNON, J. Integrando las áreas protegidas dentro del uso regional. In: MOORE, A. Manual para la capacitación del personal de áreas protegidas. Tema 7: Manejo de recursos naturales y el público. 2v. Washington: Nacional Park Service, 1993. p C1-4
- HAUFF, S. N. Percepção de comunidades rurais sobre a implantação de Unidades de Conservação: subsídios para estabelecer zonas de amortecimento. *Natureza & Conservação*, Curitiba, v. 2, n. 2. p 32-47, out. 2004.
- TEIXEIRA, K. A.; PACHECO, M. A.; DUTRA, R. M. A. Criação do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental – APA João Leite/Goiás. In Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 4., 2004, Curitiba. Anais. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. p 21-29.